

para — Scalamandrê Sobrinho — Cel. Geraldo Martins — Geraldo de Barros — Henrique Peres — Ioshifumi Utiyama — Israel Noyaes — Bravo Caldeira — João Hornos Filho — João Sussamu Hirata — Chaves de Amarante — Castelo Branco — José Costa — Magalhães Prado — José Maria Costa Neves — Santiffi Sobrinho — Luciano Nogueira Filho — Marcondes Filho — Conceição da Costa Neves — Mário Telles — Maurício Leite de Moraes — Jorge Nicolau — Mosto Guglielmi — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Orlando Zancaer — Almeida Barbosa — Ruy Nogueira — Semi Jorge Resegue e Walter Menk.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

— Passa-se ao

**PEQUENO EXPEDIENTE**

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Murillo Sousa Reis.

O SR. MURILLO SOUSA REIS (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, temos feito várias vezes críticas ao Sr. Prefeito da cidade de que mais cresce no mundo e também que mais buracos possui. Hoje voltamos à tribuna para fazer um apelo ao Sr. Prestes Maia com relação à Rua Barão de Itapetininga que se encontra quase intransitável, rua que é para o paulista como que a sala de visitas onde recebe os turistas, onde existem as melhores casas comerciais. Ela está completamente esburacada, quase intransitável. Não é só crítica que desejamos fazer, é também um apelo ao Sr. Prestes Maia para que mande consertar pelo menos essa rua, sala de visitas da capital do maior Estado do Brasil, Se S. Exa. pretende deixar ficar todos os buracos de S. Paulo, conservar entupidos todos os seus bueiros para que a cidade se transforme em piscina nos tempos de chuva, que vamos fazer, mas pelo menos sr. Prefeito mande consertar ao menos a Rua Barão de Itapetininga. É imperdoável que não o faça. Já que não podemos requerer um "impeachment" contra o Sr. Prefeito, faremos contra ele um "impeachment" moral. Se S. Exa. não pode mandar caçar essa rua, por falta de dinheiro talvez possamos iniciar uma subscrição pública nesse sentido, para que São Paulo não fique com a sua principal via esburacada. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gosuen.

O SR. ONOFRE GOSUEN (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, lamentavelmente, a Secretaria da Educação, Secretaria que nada tem feito a favor do ensino nesses últimos tempos, não tomou nenhuma providência, a respeito da instalação da Escola Normal de Pedregulho. Criada por lei em setembro do ano passado, vem agora, aquela laboriosa população, solicitar-nos providências para a instalação da referida escola.

Apelamos ao Sr. Governador para que mande proceder a essa instalação, pois, nossa parte foi cumprida, criando a Escola Normal Oficial de Pedregulho. Falta, agora, o Sr. Governador mandar instalar tão reclamada escola.

Eis, Sr. Presidente e Srs. deputados, carta e abaixo-assinado que recebemos de Pedregulho:

(It.) "Pedregulho, 11 de janeiro de 1963. Nobre deputado: Não é necessário dizer a V. Exa. do júbilo com que foi recebida a Lei n. 7020, de 20-9-62, publicada pelo D.O. de 21-9 do mesmo ano, cujo projeto teve origem na extraordinária capacidade legislativa e alto senso humanitário de V. Exa.

Assim, nobre deputado mui merecidamente reeleito, criou-se a Escola Normal Estadual em Pedregulho.

No entanto, aproxima-se o final das férias escolares, e se nos depara um dilema cruel: nossa Escola Normal Municipal deverá fechar suas portas no início do próximo ano letivo (corrente) e a novel Escola, se bem que criada, não foi ainda devidamente instalada.

Pode V. Exa. bem aquilatar dos problemas com que nós, estudantes normalistas, nos deparamos. E mais, especialmente, os alunos pobres que não podem trocar de domicílio para continuarem seus estudos, que sofrerem doloroso seccionamento.

Nestas condições, na altura de nossas poucas forças, lançamos uma campanha encetada entre alunos-normalistas e pais de alunos, no sentido de solicitarmos de V. Exa., confiando no alto espírito da Justiça que sempre norteia seus profícuos projetos, continue a terçar armas pelo elevamento cultural do "hinterland" paulista, batalhando pela instalação definitiva da Escola Normal Estadual de Pedregulho, criada por V. Exa., e que poderia inclusive, funcionar em anexo ao Ginásio Estadual "Dr. José Vicente Machado Netto", desta cidade.

Pela atenção que esta merece de V. Exa., expressamos nossa imorredoura gratidão.

(a) Ataliba Ferreira Martins — 3.º Anista — Pelos estudantes — normalistas de Pedregulho.

"Os abaixo-assinados, alunos e pais de alunos da Escola Normal Municipal de Pedregulho, recorrem do alto senso justiceiro de V. Exa., ilustre Deputado estadual, Dr. Onofre Gosuen, a fim de solicitar a continuação de sua luta, pela elevação do índice cultural do interior do Estado de São Paulo. Luta essa iniciada por V. Exa., em nossa cidade, com a criação da Escola Normal Estadual, produto de projeto de lei apresentado por V. Exa., solicitando batalhe agora V. Exa. pela instalação do estabelecimento de ensino já criado, o mais breve possível, a fim de que não sejam prejudicados os alunos do educandário no princípio mencionado, o qual obrigatoriamente fechará suas portas, no início do corrente ano letivo. Em nome de toda a população pedregulhense, externam seus sinceros agradecimentos.

Pedregulho, 8 de janeiro de 1963.

ag) José Agostinho de Freitas, funcionário público — Neusa Agostinho de Freitas, estudante — Paulo O. Becher, fotógrafo — Marlene Becker, estudante — Marina Becker, estudante — M. S. Ferreira, farmacêutico — Solange Ferreira, estudante — Ricardo Biapoli, lavrador — Carmem Lúcia de Oliveira Biasoli, estudante — Alfredo Assaid, comerciante — Suely Assaid, estudante — Sônia Assaid, estudante — Geraldo Estéfano, ilegível — Afra M. Batista, estudante — Maria Aguiar, doméstica — Edmundo Aguiar Júnior, estudante — Dirce Benedita Aguiar, estudante — Abib N. Santiago, funcionário público — Maurício A. Abib, estudante — Angela Scolabini, doméstica — Margarida Chiarello, estudante — Edith P. Cintra, doméstica — Edna Antunes Cintra, estudante — Ilegível, funcionário público municipal — Mary Pereira Guimarães, estudante — Geraldo Aguiar, motorista profissional — Vera Aguiar, estudante — Elizabeth Aguiar, estudante — Carlos Paranhos Sobrinho, funcionário público — Lidia Paranhos, estudante — Raul Ferreira Lopes da Silva, estudante — Francisco Lopes, agricultor — Emiliano F. Campos, aposentado — Ana Maria de Campos, estudante — Alvaír Augusto Jacinto, estudante — Maria Carmen Jacinto, estudante — Alice Giolo Assaid, doméstica — Inês Gíofí Furine, trabalhadeira — Antônio dos Santos Costa, estudante — Carlos de Almeida, estudante — Irany de Almeida Costa, doméstica — Mozart Gomes, lavrador — Maria Isabel Gomes, estudante — Lúcia Margarida Gomes, estudante — Badry Feres, farmacêutico — Sônia Feres, estudante — Joseph A. Oliveira, comerciante — Antônio Vicente de Oliveira, estudante — José Feres Neto, comerciante — Renaldo Antônio Aquilar, comerciante — Hebe Chalou Fernandes, estudante — Ataliba Ferreira Martins, estudante — Dionísio C. Fernandes, motorista — Arthur S. de Souza, lavrador — Paulo Cesar Ferreira, estudante — Geraldo Ferreira Martins, agricultor — Gilda Bordini, estudante — José Bordini, comerciante — Irene Braga, doméstica — Elionor Antunes, estudante — Lilliam Paranhos, doméstica — Marcelo Paranhos de Andrade, estudante — Wilma Ferreira, estudante — Hortêncio Ferreira Coelho, agricultor — Eliana Monteza, estudante — Maria Sales, professora — Rachel Silva, estudante — José Silva, comerciante — Henrique Paulo Barbosa Souza, estudante — Suely Penna Barbosa, estudante — Márcia Borges, estudante — Suely Paranhos, estudante — Sueda Paranhos, estudante — Alberto Barboza de Souza, agricultor — Amaury de Souza, estudante — Maria Ozélia da Cruz, doméstica — Sérgio Cruz de Oliveira, estudante — Sérgio Barboza de Souza, estudante — Edith Alves Teixeira, doméstica — Ana P. da Teixeira, estudante — Sara da Silva, costureira — Joaquim de Castro, funcionário público — Gilberto Viana, agricultor — Wilson Viana, estudante — Nância Algarte, doméstica — Romeu Algarte, estudante — Vitalina Capanelli, doméstica — Marly Capanelli, estudante — Amílcar Giron, estudante — Edna Giron, doméstica — Hélio Forte, comerciante — Wanderley Forte, estudante — Zulzuka Santiago, doméstica — Sandra Santiago, estudante — Aparecida Pinho, doméstica — Ana Pinho, estudante — Joaquim Ribeiro, médico e Lourdes Ribeiro, estudante.

E' o apelo que fazemos ao Sr. Governador. Criamos escolas, nossas projetos são aprovados, depois sancionados pelo Sr. Governador, e nenhuma providência é tomada pela Secretaria da Educação que, digo e repito, nada fez nestes últimos tempos pelo ensino no interior e mesmo na capital. Formulamos ao Sr. Governador um apelo, em nome da população de Pedregulho, que também colabora com os cofres estaduais e distritamentais com o seu trabalho. Nada mais justo pois que se instale uma escola normal em Pedregulho. Conhecemos aquele município que já conta, aproximadamente, com 50 mil ha-

bitantes, e merece, portanto, a atenção dos poderes públicos, especialmente do Estado.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mendonça Falcão.

O SR. MENDONÇA FALCÃO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres colegas, São Paulo, realmente, se encontra numa situação difícil. É a natureza que conspira contra o povo paulistano através deões temporais. Por outro lado, infelizmente, o problema cada vez se agrava mais no que diz respeito ao trânsito.

Considero o Coronel Saguas um homem de bem e faço justiça a S. Sa, mas também o considero neste instante um péssimo Diretor de Trânsito. Nós, que temos viajado pelo mundo afora, nunca verificamos uma anarquia tão grande como a que ocorre hoje na Capital de São Paulo. É uma verdadeira anarquia. Não existe nada. Ninguém manda em ninguém. Os guardas-civis também estão contribuindo para a anarquia do trânsito. Todos aqueles que exercem funções no Trânsito estão enquadrados na anarquia generalizada da Capital de São Paulo. Os guardas assistem passivamente automóveis pararem nos dois lados da rua, caminhões transitando a todas as horas do dia, de manhã à noite, verdadeiras jamantas, numa anarquia geral. Não é possível que perdure esse estado de coisas. Fala-se que São Paulo é a cidade dos buracos. Mas também deve-se falar que São Paulo é a terra da anarquia, porque, na verdade, não se pode compreender que durante o dia a cidade seja invadida por caminhões, às vezes caminhões de quinze mil quilos, carregados apenas com mil, completamente vazios, transitando pela cidade, jamantas enormes dessas companhias de gás engarrafado invadindo a cidade numa verdadeira anarquia. Havia uma Portaria que determinava ao Vice-Diretor, que é um homem que já foi Diretor — e a esse também faço justiça, não tem medo de ninguém mesmo — o Capitão Oberdan de Nicola, que não tem papas na língua, enfrenta qualquer um, grandes, pequenos, fracos e fortes, em qualquer circunstância, por força da sua função, competia a ele fiscalizar o trânsito de São Paulo, o trânsito de rua. Entretanto, o Coronel Saguas, tirou-lhe as atribuições há dois anos e o Vice-Diretor está manietado, não pode fazer nada. E o Coronel Saguas está acomodado esperando que cada vez fique pior.

Falando nisso, há dias, lemos nos jornais que foi criada uma comissão que ia mandar para esta Casa uma mensagem aumentando o "quantum" das multas. E com espanto, talvez, para todos aqueles que puderam ler a notícia, as multas iam ser uma porcentagem do salário mínimo. Seria o caso de se dizer que era melhor ser guarda de trânsito do que Senador da República, se fosse aprovada, porque os guardas, felizmente nem todos, não estão preocupados, evidentemente, em exercer as suas funções. Estão, sim, preocupados em se acomodar para deixar que a coisa fique como está para ver como é que fica. É, realmente, uma anarquia!

Com o crescimento da indústria automobilística, fabricando-se automóveis como se vem fabricando, a anarquia de trânsito é enorme e como está. Sr. Presidente e nobres colegas, dentro de dois ou três meses, mais ou menos, ninguém mais vai fazer coisa alguma. Ninguém sai de casa, a cidade é invadida por caminhões. Estacionam automóveis onde bem se entende, dos dois lados da rua, lavam-se automóveis na rua, etc. etc.

Final de contas, faço um apelo ao Coronel Saguas, que é um homem de bem e se não o fosse eu diria também, mas é um homem de bem, para sair do seu gabinete e ir às ruas verificar a anarquia que aí está. É esse o apelo que quero fazer ao Coronel Saguas, Diretor do Trânsito de São Paulo,

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alfredo Farhat.

O SR. ALFREDO FARHAT (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e nobres colegas, furta-se, ou melhor, roubam-se à vontade veículos nesta Capital.

As vítimas procuram a Delegacia que cuida do assunto, sem contudo receberem pelo menos a esperança de ver a restituição do seu veículo.

O que dizemos nós outros, Sr. Presidente e nobres colegas, contristados com essa notícia, quando deparamos, através dos jornais, os inúmeros furtos de veículos praticados nesta Capital?

Arrombam-se portas, janelas, chaves falsas, tudo enfim. Chegamos a acreditar que o organismo policial não está funcionando. Desta tribuna, sr. Presidente, faço o meu mais veemente apelo para que o organismo encarregado desses setores tome providências, e providências energias, para tranquilizar a família brasileira. Não é possível, numa metrópole como a de São Paulo, onde constantemente vivemos a dar aumentos sucessivos de vencimentos, o paulistano não ter pelo menos a garantia, a segurança daquilo que lhe pertence. Indago eu desta tribuna, Sr. Presidente: onde está o organismo policial?

O SR. PRESIDENTE — Srs. deputados, em virtude da falta de energia elétrica, esta Presidência suspende a sessão por alguns minutos.

— Dez minutos depois é reaberta a sessão, sob a Presidência do Sr. Costábil Romano.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a lista de oradores, passaremos à Ordem do Dia.

— Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

O SR. CARDOSO ALVES (Sem revisão do orador) (Para reclamação) — Sr. Presidente, conversava eu com alguns funcionários desta Casa neste instante, entre os quais alguns assistentes técnicos, que são geralmente pessoas bem informadas, e foi aventada a hipótese de as constantes interrupções de energia elétrica nesta Casa estarem ocorrendo por força de racionamento de luz e de energia levado a efeito pela "Light" em vários bairros desta Capital. Não sei se a hipótese aventada é verdadeira, pois poderá estar ocorrendo algum defeito nas instalações do Palácio 9 de Julho.

Assim sendo, gostaria de sugerir à douta Mesa, através de V. Exa., que se informasse e, se de fato a Assembléia Legislativa está sofrendo falta de energia elétrica em virtude de racionamento, fosse levado à companhia um protesto e a solicitação no sentido de que o Palácio 9 de Julho, por ser a sede de um dos Poderes do Estado, não seja incluído neste racionamento, a fim de que nossos trabalhos não sofram interrupções.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao nobre deputado que estas interrupções são feitas de acordo com entendimentos entre a Diretoria Geral desta Casa e a "Light", que, em virtude de um desarranjo num dos transformadores instalados nas proximidades da Assembléia Legislativa, é obrigada a sustar, por alguns instantes, o fornecimento de energia elétrica.

O SR. CARDOSO ALVES — Fico muito grato pela informação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Srs. deputados, há quorum apenas para discussão, mas não para votação da Ordem do Dia.

**PROPOSIÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA**

— Entra em discussão, que é sem debate encerrada, ficando a votação adiada por falta de número, o Projeto de lei n. 746-61 (Autógrafo n. 8.427), vetado totalmente, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, elevando o valor da pensão mensal concedida a D. Maria da Silva Soares Gomes. Incluído na Ordem do Dia, sem parecer, de acordo com o Artigo 25 da Constituição do Estado.

**PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

— Entra em 1.ª discussão adiada, o Projeto de lei n. 1183-62, apresentado pelo Sr. Governador, criando Delegacias de Polícia no Município da Capital. Com emenda. Parecer n. 3791-62, da Comissão de Justiça, favorável ao Projeto, à emenda e com emenda.

O SR. MENDONÇA FALCÃO (Para reclamação) — Sr. Presidente, requiero uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência procederá à verificação de presença requerida pelo nobre deputado Mendonça Falcão.

Convido o Sr. Secretário a proceder à chamada.

— É feita a chamada.

— (Durante a chamada assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré)

O SR. SOLOM BORGES DOS REIS (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, antes que se anuncie o resultado da verificação de presença requerida pelo nobre deputado Mendonça Falcão, desejaría dizer a V. Exa. e aos nobres companheiros desta Casa que, figurando na ordem do dia de hoje, item 6 das proposições em regime de tramitação ordinária, a 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 575-62, eu dirijo um apelo à Egrégia Mesa da Assembléia no sentido de que, se não se constatar número para deliberação e mesmo funcionamento da presente sessão, assim que for convocada nova sessão, seja incluída na ordem do dia esta proposição.

As razões são as seguintes. Sr. Presidente: é que o Governador do Estado promovoa há tempos, concurso de títulos e provas para Diretor de Grupo Escolar. Entretanto, numerosos grupos escolares do Estado não podem ter